

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

A POLÍTICA EXTERNA RUSSA NO ESPAÇO EURO-ATLÂNTICO

Dinâmicas de cooperação e
competição num espaço alargado

PÁTRICIA DAEHNHARDT
MARIA RAQUEL FREIRE

Coordenadoras

(Página deixada propositadamente em branco)

CAPÍTULO 6
AS RELAÇÕES ENTRE A POLÓNIA E A RÚSSIA:
1980-2011

Madalena Meyer Resende

1980-1991: O governo do Solidariedade e o fim da União Soviética

As relações entre a Polónia e a Rússia são marcadas pelas sucessivas partilhas da Polónia dividida entre os impérios vizinhos desde finais do século XVIII, até à última partilha entre a Alemanha e a Rússia soviética em setembro de 1939, que marcou o início da II Guerra Mundial. Depois da derrota do nazismo em 1945, a Polónia foi integrada no bloco soviético com uma soberania limitada e só recuperou a sua independência quando as eleições de junho de 1989 puseram em marcha a revolução europeia que forçou a retirada soviética da Europa Central.

A questão nacional, da qual o sentimento anti-russo foi uma componente crucial, foi um dos principais motores da transição para a democracia, não só na década que precedeu as eleições de 1989, como na que se seguiu. Apesar da constante ameaça que a Rússia constituiu para a soberania e a segurança da Polónia durante o século XX, a escolha entre a aliança com a Rússia ou com a Alemanha, uma das questões aturadamente discutidas na transição para o século XX (Walicki, 1994, p. 65) e durante a Segunda República (1918-1939) (Walicki, 2000, p. 21), permaneceu indefinida. Durante o período comunista a oposição polaca no interior e no exterior do país debateu a definição das prioridades da

política externa (Snyder, 2003, p. 225) mas a escolha pela aliança com a Alemanha e a Europa ocidental foi decidida apenas durante o primeiro governo não-comunista liderado por Tadeusz Mazowiecki.

A década de oitenta

O nascimento do movimento Solidariedade em 1980, no qual 10 milhões de pessoas se mobilizaram em oposição ao regime, marcou a primeira etapa da democratização da Polónia e determinou a história da Europa. A relevância deste movimento para as dinâmicas internas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) não pode ser minimizada: a emergência de um movimento de trabalhadores sindicalizados em oposição ao regime comunista foi o sinal mais forte dos limites da dominação imperial soviética, causado pelo nacionalismo de um país etnicamente homogêneo, com uma igreja nacional capaz de veicular esse sentimento e ajudar a transferi-lo de forma organizada para a esfera da ação política. Foi um dos primeiros momentos em que a Polónia se tornou importante para os destinos da Rússia na época moderna. Para o centro soviético as “lições polacas” demonstraram que era possível derrubar pacificamente um regime comunista e que o que a “revolução auto-limitada” tinha feito na Polónia poderia repetir-se na União Soviética. A necessidade de evitar um cenário polaco esteve na origem da estratégia reformista de Gorbachov, iniciada com a *perestroika* e a *glasnost*⁴⁹ depois da sua nomeação como Secretário Geral em 1985 (Malia, 1996, p. 415).

Por isso, apesar de o movimento Solidariedade ter sido ilegalizado pela lei marcial decretada pelo general Jaruselski em dezembro de 1981 sob o falso pretexto de evitar uma invasão soviética, quatro anos depois, a subida ao poder de Gorbachov levaria ao início de uma liberalização

⁴⁹ Gorbachov pretendia reformar o sistema comunista com a *perestroika* e a *glasnost* de forma a permitir a sua sobrevivência. A *perestroika* incidiu em reformas económicas e na redução dos gastos em armamento, e a *glasnost* numa maior transparência no governo.

política e económica do comunismo. Durante a *perestroika* Gorbachov ditou uma atitude de *laissez faire* em relação aos países da Europa central e oriental, o que deu azo a que o partido comunista polaco reiniciasse conversações com o que restava do movimento Solidariedade de forma a tentar resolver a crise económica e social que se agravava no fim dos anos oitenta (Lévesque, 1997, p. 74). As negociações da mesa redonda iniciadas em 1988 entre o Solidariedade e o governo comunista resultaram num acordo para a realização de eleições semi-livres, que tiveram lugar em junho de 1989 e em que as listas do Solidariedade ganharam 99% dos votos. Gorbachov procurou o compromisso entre uma posição de não-intervencionismo, e o incentivo aos comunistas reformistas, atitude que foi condição crucial para o sucesso das transições de 1989 (Lévesque, 1997, p. 113).

A recusa de Gorbachov em intervir na Polónia depois das eleições tornaram inevitável a formação em setembro do primeiro governo não-comunista na Polónia desde o fim da Segunda Guerra Mundial, liderado pelo primeiro ministro Tadeusz Mazowiecki, um dos responsáveis políticos mais destacados do Solidariedade (Skorzynski, 2012). As primeiras medidas deste governo na política externa seguiram princípios que se tornaram fundacionais da política externa da Polónia democrática (Bingen, 1997, p. 3). Nelas se inscreveu logo a partir de 1989 uma política de reconciliação com os vizinhos, ocidentais e orientais, iniciada com o estabelecimento de tratados bilaterais de reconhecimento de fronteiras e de não-agressão, que se distinguiu pelo estabelecimento de acordos com todos os países vizinhos, de forma a reafirmar a recuperação da soberania polaca (Kuzniar, 2009, p. 29). A escolha pelo “regresso à Europa”, o slogan do Solidariedade durante a campanha para as eleições de junho, foi implementado durante o governo liderado pelo Solidariedade. A nova política externa concentrou-se na reconciliação com a Alemanha e na integração na Europa ocidental (Meyer Resende, 2009, p.47).

A prioridade das relações com a Europa ocidental, anunciada em setembro de 1989 implicou uma declaração de soberania por parte da Polónia em relação à URSS. A 12 de setembro, no seu primeiro discurso no parlamento,

o primeiro ministro Mazowiecki exortou que “as relações internacionais baseadas na soberania e na parceria são mais estáveis do que a ordem assente no domínio e na força”, e que “as relações com a União Soviética devem ser estruturadas com base no respeito pela soberania do nosso Estado, sendo nós completamente livres para formarmos a nossa própria política interna” (Skubiszewski, 1993, p. 21). Também no primeiro discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas a 25 de setembro de 1989, o ministro dos negócios estrangeiros polaco Krzysztof Skubiszewski afirmou que, apesar da sua fragilidade geopolítica, a Polónia deveria basear a sua política externa em relação à União Soviética “nos fundamentos da soberania externa e da independência doméstica” e por isso prosseguir com a transformação da Europa de leste, nomeadamente no sentido de apoiar as possíveis aspirações de independência das Repúblicas da União Soviética. Skubiszewski e o governo polaco rejeitavam a divisão da Europa em esferas de influência. Afirmou também que “zonas de segurança não podem significar o mesmo que esferas de influência” (Skubiszewski, 1993, p. 21), reiterando que a nova Polónia rejeitava a esfera de influência da URSS no ex-bloco de leste e que se definia como um país europeu e ocidental (Kuzniar, 2009, p. 27).

Para além de redefinir a orientação política fundamental da política externa polaca, o ministro Skubiszewski foi também responsável pelas negociações da dissolução do Pacto de Varsóvia, cuja assinatura teria lugar em Praga a 1 de julho de 1991. Os soviéticos pressionaram a Polónia e outros membros do Pacto de Varsóvia para assinarem novos tratados bilaterais dando a Moscovo o direito de vetar a entrada em alianças que fossem inimigas dos interesses soviéticos, o que tanto o governo da Polónia, como os da Checoslováquia e da Hungria rejeitaram, insistindo no seu direito soberano de escolher os seus aliados (U.S. Library of Congress, s/d). No contexto destas negociações os presidentes destes três países iniciaram uma cooperação trilateral com o objetivo de restaurar a soberania, apoiar a democratização da região e integrar as estruturas euro-atlânticas. As primeiras reuniões tiveram lugar em maio de 1990 e a 15 de fevereiro de 1991 Lech Walesa, Vaclav Havel e József Antall assinaram a declaração de Visegrád que institucionalizou o grupo de Visegrád cujas

funções eram a cooperação entre os três países⁵⁰ com vista à sua integração nas instituições euro-atlânticas, e a coordenação de posições em vários setores depois da adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e à União Europeia (UE).

A dissolução do Pacto de Varsóvia deixou pendente a questão da retirada de 58.000 tropas soviéticas da Polónia (juntamente com as dos restantes países do Pacto de Varsóvia), operação que envolveu consideráveis questões logísticas, financeiras e diplomáticas. As primeiras negociações entre Moscovo e Varsóvia começaram no outono de 1990, com a Polónia a exigir a retirada das forças soviéticas até ao final de 1991, a reparação por danos ecológicos e o pagamento da estadia das tropas em território polaco. A recusa de Moscovo em aceitar as condições polacas causou vários atritos durante as negociações mas o processo de retirada das tropas iniciou-se logo em 1990 (U.S. Library of Congress). Durante o golpe de Moscovo de agosto de 1991, em que um grupo de comunistas radicais tentaram depor Gorbachov e restaurar a ortodoxia comunista, a Polónia pressionou Moscovo para que se chegasse a um acordo sobre a retirada das tropas, o que aconteceu a 26 de outubro de 1991 (Kuzniar, 2009, p. 34). Contudo, a dissolução da União Soviética em dezembro de 1991 e a sua substituição pela Rússia como seu sucessor legal e político resultaram na interrupção do processo.

1991-1996: A Rússia pós-soviética e a Polónia

Se foi a política de Gorbachov que abriu caminho à realização de eleições semi-livres em junho de 1989 na Polónia, a partir da criação do primeiro governo pós-comunista em setembro de 1989, a deposição pacífica do regime comunista na Polónia foi o primeiro passo para o fim dos regimes comunistas na Europa Central e Oriental. O “vento da liberdade” que abriu

⁵⁰ Depois da separação entre a República Checa e a Eslováquia o grupo Visegrád passou a consistir de quatro membros: Polónia, Hungria, República Checa e Eslováquia e é frequentemente referido como V-4. Ver <http://old.visegradgroup.eu/>.

caminho à unificação alemã acabou por chegar à Rússia e determinar o destino da União Soviética.⁵¹

Durante o golpe de Moscovo em agosto de 1991, a Polónia manteve uma postura cuidadosa: apesar de apoiar Boris Ieltsin e a democratização da Rússia, o governo polaco, receoso das consequências do desmoronar da União Soviética, manteve relações formais com as autoridades em Moscovo, mas iniciou também contatos e apoio às elites separatistas das Repúblicas da Lituânia e da Ucrânia. A seguir ao desmoronar da União Soviética em dezembro, quando novas oportunidades se abriam para a extensão dos laços com as ex-Repúblicas da URSS, a prioridade europeia ocidental da Polónia foi substanciada, no sentido em que esta determinou a sua postura em relação, por um lado, aos novos Estados da ex-URSS, principalmente aos novos Estados vizinhos independentes, a Ucrânia, a Lituânia e a Bielorrússia, mas também em relação à Rússia.

A prioridade europeia (ocidental) do ministro dos negócios estrangeiros Krzysztof Skubiszewski (1989-1993) significou o abandono das duas opções alternativas de política externa existentes para a Polónia: a primeira que advogava a federação da Polónia com a Ucrânia e que poderia agregar os Estados da Europa de leste num pólo independente da Rússia (Snyder, 2003, p. 227);⁵² e a segunda, que preferia uma parceria privilegiada com a Rússia. A escolha do MNE polaco Skubiszewski foi a de procurar privilegiar as relações da Polónia com a Europa ocidental em detrimento das relações com o leste. A lógica seguida por Skubiszewski era a de que a Polónia ganharia maior influência e poder se estivesse firmemente ancorada na Europa, tanto através de relações bilaterais com os principais Estados europeus, em particular com a Alemanha e a França, como pela integração em instituições euro-atlânticas (Skubiszewski, 1993). Skubiszewski defendeu esta prioridade contra os críticos que

⁵¹ Ver por exemplo Lévesque (1997) e Malia (1996).

⁵² Esta linha baseava-se nas ideias desenvolvidas por Jerzy Giedroyc e Juliusz Mieroszewicz na revista *Kultura*, e defendia que a Polónia, quando recuperasse a independência e a liberdade deveria promover a independência da Ucrânia, da Bielorrússia e da Lituânia, e restabelecer prioritariamente relações de amizade com os seus vizinhos a leste.

advogavam que ao fortalecer os laços com os Estados vizinhos a leste ou a Rússia, a Polónia teria mais poder na Europa (Kuzniar, 2009, p. 30). Para Skubiszewicz e a sua equipa, a prossecução da estratégia europeia significava que a Polónia se deveria tornar, tanto nos aspetos políticos como nos económicos, num país europeu e ocidental (Skubiszewski, 1994). Isto significava reorientar fundamentalmente o seu comércio e a sua produção dos mercados do leste para os mercados ocidentais (Meyer Resende, 2009, p. 69).

A reconciliação germano-polaca, com origens na *Ostpolitik* da Alemanha Federal nos anos 1970, mas ganhando um novo significado depois de 1989 foi particularmente importante para a prossecução desta política. Um dos momentos críticos da reconciliação ocorreu durante as negociações para a reunificação alemã em outubro de 1990. Por exemplo, o facto de o reconhecimento das fronteiras Oder-Neisse entre os dois países ter sido ignorada pelo chanceler alemão Helmut Kohl no discurso dos dez pontos ao Bundestag em novembro de 1989 causou uma imediata reação do ministro Skubiszewski num discurso ao parlamento polaco: “o reconhecimento incondicional da fronteira ocidental da Polónia é um pré-requisito cardeal para a reconciliação polaco-alemã” (Kuzniar, 2009, p. 32). Este reconhecimento viria a acontecer com o Tratado “2+4” sobre a Reunificação Alemã, a 12 de setembro de 1990 (Snyder, 2003, p. 235). Passado esse obstáculo, os dois Estados celebraram em junho de 1991 um Tratado de Amizade e Boa Vizinhança,⁵³ ao qual se seguiram várias iniciativas bilaterais (Bingen, 1997, p. 5). Também em 1991 se iniciou a cooperação trilateral entre a Alemanha, a França e a Polónia, denominada Triângulo de Weimar (France Diplomatie, 2006), na qual a Alemanha mostrou estar disposta a multilateralizar a relação privilegiada com a França através de reuniões anuais dos chefes de estado e governo, assim como dos ministros da defesa e dos negócios estrangeiros dos três países.

⁵³ *Traktat między Rzeczpospolitą Polską a Republiką Federalną Niemiec o dobrym sąsiedztwie i przyjaznej współpracy z 17.06.1991 r.* (Tratado de Amizade e Boa Vizinhança entre a Polónia e a República Federal da Alemanha) assinado a 17 de Junho de 1991 em Bona pelo primeiro ministro Polaco Jan Krzysztof Bielecki, pelo MNE Krzysztof Skubiszewski, pelo Chanceler Alemão Helmut Kohl e pelo MNE Hans-Dietrich Genscher.

Neste período de transição, as relações da Rússia e da Polónia foram marcadas, por um lado, pela atitude pró-ocidental de Ieltsin e, por outro, pelas tensas negociações visando a retirada das tropas do antigo exército soviético da Polónia iniciadas em finais de 1990 (Kuzniar, 1991, p. 10). A pressão russa no sentido de rever os parágrafos do acordo da retirada das tropas russas foi intensa, e só o entendimento entre Lech Walesa, líder do Solidariedade e então presidente da Republica da Polónia, e Boris Ieltsin, primeiro presidente russo pós-comunista, aquando da visita a Moscovo de Walesa em março de 1992, permitiu a assinatura do acordo nesta ocasião. O acordo estipulou que a Rússia retiraria as tropas até 15 de novembro de 1992, deixando apenas 6 mil tropas para assistir a retirada das tropas da Alemanha Oriental até 1993 (U.S. Library of Congress, s/d). As últimas tropas russas deixaram a Polónia a 16 de setembro de 1993.

Outro importante acordo de cooperação⁵⁴ foi assinado para substituir o Tratado de Amizade Polaco-Soviético de 1965. Durante a visita a Moscovo em 1992, Walesa anunciou o início de um novo capítulo das relações russo-polacas; em troca, Ieltsin exprimiu a esperança no entendimento mútuo e na parceria nas futuras relações entre os dois países (Spero, 2004, p. 200). Na sequência desta visita Ieltsin publicou as cláusulas secretas do Pacto Ribbentrop-Molotov entre a Alemanha Nazi e a União Soviética (de 1939), em que as duas potências acordaram em dividir a Polónia no início da Segunda Guerra Mundial e forneceu à Polónia documentos provando a culpa de Estaline na ordem de execução de 20 mil oficiais polacos na floresta de Katyn (situada na Rússia ocidental) (Reuters, 2011). O reconhecimento veio ao arrepio da posição da URSS, que tinha sustentado que o crime tinha sido cometido pelas forças nazis, posição essa que os aliados ocidentais não tinham querido contestar durante a Segunda Guerra Mundial.

Em agosto de 1993 Ieltsin visitou Varsóvia e declarou que a Rússia não se oporia à entrada da Polónia na OTAN, o que causou indignação

⁵⁴ *Traktat między Rzeczpospolitą Polską a Federacją Rosyjską o przyjaźni i dobrosąsiedzkiej współpracy podpisany w Moskwie 22 maja 1992 r.* (Tratado de Amizade e Boa Vizinhança entre a Polónia e a Federação Russa) assinado em Moscovo a 22 de maio de 1992 pelo Presidente Polaco Lech Wałęsa e pelo Presidente Russo Boris Ieltsin.

nas forças armadas russas e na elite do Kremlin (Asmus, 2002, p. 147). Na sequência da crise de 3-5 de outubro do mesmo ano que acabou no ataque ao parlamento russo, Ieltsin e o Kremlin, pressionados pelas forças armadas russas, voltaram atrás e lançaram uma campanha contra a expansão da OTAN aos antigos satélites da União Soviética (Cohen, 1993). Note-se que a política de expansão da OTAN tinha sido iniciada pelo ministro da defesa alemão Volker Rühle em setembro de 1992 (Szabo, 2006, p. 331; Goldgeier, 1999, p. 34). Não só Rühle esteve em constante contato com Skubiszewski, Walesa e Havel, como a principal preocupação da Alemanha era a estabilidade da Europa central e oriental, subjacente ao alargamento da OTAN (Szabo, 2006, p. 345). Sob constante pressão da Polónia⁵⁵ e com o apoio da Alemanha (Szabo, 2006, p. 337), em 1995 o presidente norte-americano Bill Clinton começou a ceder em favor das exigências da Polónia relativamente à adesão pretendida à Aliança Atlântica (Asmus, 2005, p. 254). Contudo, Clinton decidiu esperar pela reeleição de Boris Ieltsin como presidente em 1996 para anunciar o início das negociações de adesão (Goldgeier, 1999, p. 160). O convite foi feito apenas em 1997 aos três Estados com fronteiras com a Alemanha: a Hungria, a Polónia e a República Checa (RFE/RL, 2004b).

1997-2005: A afirmação da Rússia como potência e o início de novas tensões

Em 1997 a OTAN convidou as primeiras três democracias pós-comunistas da Europa Central e Oriental para integrar a Aliança Atlântica. Este convite coincidiu com a mudança dos princípios de política externa da Rússia iniciada pelo ministro dos negócios estrangeiros, depois primeiro ministro russo, Evgeny Primakov (Günsche). Primakov definiu os interesses da Rússia como sendo esta um polo separado do mundo ocidental e da potência hegemónica norte-americana, o que o levou ao intensificar da oposição

⁵⁵ Esta pressão foi particularmente exercida durante a visita de Lech Walesa e Vaclav Havel a Washington em abril de 1993.

à expansão da OTAN aos antigos membros do Pacto de Varsóvia (Freire e Daehnhardt, 2011, p. 178). Os dois acontecimentos simultâneos levaram à mudança decisiva da natureza das relações entre a Rússia e a Polónia. As decisões de 1997 marcaram a dupla viragem ocidental da Polónia e oriental da Rússia (a parceria estratégica com a China, iniciada por Ieltsin e continuada por Putin com o objetivo de contrabalançar a hegemonia americana). Esta mudança teve repercussões na política europeia, uma vez que a política externa dos países da Europa central, cujo principal objetivo era a integração nas estruturas euro-atlânticas, se tornou num foco de tensão entre o bloco ocidental e a Rússia.

A intervenção no Kosovo pela OTAN em março de 1999 sedimentou a nova divisão entre a Rússia e a Polónia, com a Rússia a apoiar a Sérvia, e a impedir a adoção de um mandato pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas que legalizasse a intervenção da OTAN. A Polónia, por seu lado, apoiou e participou como novo membro da Aliança Atlântica na intervenção contra a Sérvia com o objetivo de demonstrar a sua participação como membro pleno da Aliança. A divisão entre a Rússia e a Polónia em relação à intervenção do Kosovo tornar-se-ia um prelúdio para a mais séria crise transatlântica causada pela invasão do Iraque em 2003 (Gaspar, 2004, p. 37). Também aqui a Rússia e a Polónia se encontraram em campos opostos, com a Rússia (e a França e a Alemanha) a opor-se a um possível mandato do Conselho de Segurança proposto pelos EUA. A Polónia tornou-se então um dos principais aliados dos EUA na coligação que invadiu o Iraque (Osica, 2004, p. 412).

A consolidação progressiva da orientação europeia e atlântica da Polónia neste período tornou-se a base do conflito em relação à política de asserção dos interesses nacionais da Rússia. Essa conflitualidade acentuou-se quando a Polónia assumiu uma política ativa em relação à democratização e orientação geopolítica dos seus vizinhos a leste, principalmente da Ucrânia, países que a Rússia considera parte da sua esfera de influência. Durante as revoluções na Geórgia (novembro de 2003) e na Ucrânia (dezembro de 2004), a Polónia deixou claro o seu apoio à democratização destes países, o que significou um apoio às forças pró-ocidentais dos candidatos Viktor Yushchenko e Yulia Tymoshenko na Ucrânia em 2004 e a Mikhail Saakashvili

na revolução rosa na Geórgia. O presidente polaco Aleksander Kwasniewski teve um papel crucial como mediador entre governo e oposição durante as manifestações em Kiev na sequência das acusações de fraude eleitoral da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) nas eleições presidenciais ucranianas em dezembro de 2004. Esta animosidade foi reforçada pelo apoio da administração norte-americana de George W. Bush às várias revoluções no espaço pós-soviético, assim como a promessa de adesão à OTAN, caso a consolidação democrática tivesse lugar.

2005-2007: A deriva nacionalista do governo Kaszynski

A política externa polaca em relação à Rússia mudou substantivamente quando o partido Lei e Justiça (PiS) ganhou as eleições e formou governo em outubro de 2005. Durante a campanha para as eleições parlamentares e presidenciais de 2005 o partido adotou uma atitude de desafio em relações aos seus vizinhos e às suas posições quanto à integração europeia. Em meados da década de 2000 a doutrina de política externa do PiS foi dominada por uma atitude anti-russa, e amplificada pela retórica anti-comunista e anti-alemã (Meyer Resende, 2012). A Rússia respondeu à eleição do PiS e à retórica anti-russa em novembro com um embargo às importações de carne da Polónia, citando razões de saúde pública. A Polónia retorquiu com o bloqueio das negociações a uma nova parceria entre a Rússia e a UE, o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) que era promovido principalmente pela Alemanha (Freire e Daehnhardt, 2011, p. 182). Este bloqueio manteve-se durante os dois anos do governo Kaszynski e causou também dificuldades às negociações energéticas entre a Rússia e a UE.

Depois de formar uma coligação com dois partidos eurocéticos em março de 2006 – o Auto-Defesa e a Liga das Famílias Polacas – o primeiro ministro Jaroslaw Kaszynski nomeou Anna Fotyga para ministra dos negócios estrangeiros em junho de 2006. Depois dessa nomeação a retórica anti-russa e anti-alemã ganhou o estatuto de política externa oficial, e uma notória figura pública do campo anti-alemão, Mariusz Muszynsky, foi nomeado plenipotenciário para as relações com a Alemanha. As polémicas

entre os dois países multiplicaram-se e em julho de 2006, o presidente Kaczyński cancelou a sua participação numa cimeira do Triângulo de Weimar devido a uma polémica lançada por um artigo no jornal alemão *Tageszeitung* (Pankowski, 2010, p. 198). A animosidade anti-alemã foi uma clara mudança em relação à política de reconciliação entre os dois países que tinha marcado a política externa polaca desde 1989 (Bingen, 1997, p. 4).

O antagonismo entre os dois países foi mais notório na reação do governo polaco à decisão bilateral entre a Rússia e a Alemanha de construir um gasoduto que forneceria gás russo à UE através de uma ligação direta entre a Rússia e a Alemanha através do Mar Báltico (projeto *Nord Stream*) e que passa perto da costa polaca, em território que os polacos disputam como sendo parte do seu território nacional. A resposta do então ministro da defesa polaco, Radoslaw Sikorski, foi a de comparar o projeto *Nord Stream* ao Pacto Ribbentrop-Molotov, que acordou a divisão da Polónia entre as duas potências duas semanas antes da invasão da Polónia pela Alemanha em 1939 (Voice of America, 2006). O carácter bilateral do acordo foi criticado pela Polónia, nomeadamente pela falta de articulação de uma política comum da UE para a Rússia, incluindo a falta de uma estratégia energética comum.

As relações da Polónia com a Rússia neste período foram de enorme conflitualidade e provocaram um bloqueio nas relações entre a UE e a Rússia. O período do governo do PiS foi marcado pelo uso intensivo do nacionalismo introvertido e desconfiado das intenções dos seus vizinhos e que contrastava com a definição do interesse nacional polaco, tal como formulado pela elite do Solidariedade e posto em prática na política externa dos primeiros governos democráticos. Contrariamente à política de reconciliação com os seus vizinhos e de participação nas estruturas comunitárias e atlânticas, os gémeos Lech e Jaroslaw Kaszynski enfatizaram o conflito entre os interesses da nação polaca e os dos seus vizinhos e tornaram essa a base da formulação da sua política em relação à Rússia, assim como a sua política em relação à Alemanha.

A retórica nacionalista anti-russa e anti-alemã do governo de Jaroslaw Kaszynski e do presidente Lech Kaszynski provocou a deterioração das

relações da Rússia com a UE. O apoio às revoluções na Ucrânia e na Geórgia pelos EUA e pela Polónia, e o anúncio unilateral por parte dos EUA da colocação de mísseis de interceção de longo alcance na Polónia como parte do reforço do escudo estratégico deram azo a frequentes choques entre os dois países (Rotfeld, 2010). Por seu lado, a crescente relação bilateral entre a Alemanha e a Rússia foi criticada pelos conservadores nacionalistas polacos no poder, que consideraram a Polónia como um país cercado.

2007-2012: O início de uma entente estratégica

Em outubro de 2007 as eleições parlamentares na Polónia deram a vitória ao partido conservador liberal Plataforma dos Cidadãos (PO) liderado por Donald Tusk. O partido tinha anunciado durante a campanha eleitoral que iria continuar a defender os interesses nacionais polacos, mas de forma mais cooperativa. A mudança de governo significou uma alteração substantiva da política externa polaca, em particular em relação aos seus vizinhos, a Alemanha e a Rússia. A estratégia de confronto foi substituída por uma estratégia de alinhamento com a Alemanha, recebendo Tusk o apoio do ministro dos negócios estrangeiros alemão, Frank-Walter Steinmeier, que viu na nova abertura da Polónia uma oportunidade para tentar pôr em prática a sua versão de uma nova *Ostpolitik* (Daehnhardt, 2007, p. 39). Para os alemães a reconciliação entre a Polónia e a Rússia era uma mudança fundamental para estabelecer uma entente entre a UE e a Rússia.

Tinha ficado claro durante o período de governo nacionalista dos irmãos Kaszynski que a política hostil da Polónia em relação à Rússia era um travão às tentativas alemãs de criar esta parceria entre a UE e a Rússia. O governo de Merkel estava pois ciente de que a Polónia tinha poder de veto na relação entre a Europa e a Rússia e concluiu que a Polónia deveria fazer parte das negociações entre Berlim e Moscovo. A subida ao poder do PO foi tomada como uma oportunidade de pôr em prática uma política inclusiva e multilateral onde Varsóvia entrou na mesa das negociações

(Daehnhardt, 2007, p. 35). Iniciou-se assim uma nova época de cooperação entre a Polónia e a Alemanha em relação à Rússia (Rotfeld, 2010). A visita a Varsóvia de Merkel foi a quarta das suas visitas inaugurais, o que demonstra a importância renovada dada à Polónia por Berlim. Em finais de 2009, aquando da constituição do novo governo alemão, MNE do governo de coligação entre Cristãos Democratas e Liberais, Guido Westerwelle, voltou a demonstrar a prioridade dada ao estabelecimento de uma parceria com a Polónia ao eleger Varsóvia como a sua primeira visita.

A nova política externa polaca deu rapidamente frutos também na relação com Moscovo, com a diplomacia russa a declarar o fim do embargo às importações de carne da Polónia e a Polónia a permitir o reinício das negociações sobre a parceria estratégica entre a Rússia e a UE que o governo anterior tinha bloqueado (Grinkevich, 2007).⁵⁶ Contudo, a intervenção na Geórgia, em agosto de 2008 veio demonstrar os limites da boa vontade polaca em relação à Rússia. A Polónia condenou em termos claros o apoio militar da Rússia às pretensões de separatismo da Abcázia e da Ossétia do Sul, duas repúblicas separatistas da Geórgia. Na altura o ministro dos negócios estrangeiros polaco Radoslaw Sikorski aproveitou para reiterar a necessidade da colocação em território polaco dos mísseis de interceção de longo alcance da OTAN afirmando que “tratados e acordos são excelentes instrumentos, mas a Polónia tem uma história de luta solitária e de abandono pelos nossos aliados” (Kulish, 2008). A condenação do governo polaco contrastou com a atitude mais contida do governo alemão em relação a Moscovo do que os outros países europeus (Freire e Daehnhardt, 2011, p. 188).

Apesar da crise da Geórgia, a mudança de vários factores conjunturais levaram à aproximação entre a Polónia e a Rússia durante 2008 e 2009. Um dos principais elementos de mudança foi a revisão da política externa americana para com a Rússia (Clinton, 2010) e a subsequente revisão

⁵⁶ O reinício das negociações entre a UE e a Rússia foram, contudo, atrasadas pela oposição da Lituânia, que se recusou a dar o mandato à Comissão Europeia para iniciar as negociações devido a disputas com Moscovo.

do objetivo da colocação na Polónia dos mísseis de interceção de longo alcance da OTAN que tinham sido previstos nos acordos de agosto de 2008 (US Department of Defense, 2010). A Polónia aproveitou a renegociação do sistema de um escudo de defesa anti-míssil da OTAN pela administração norte-americana de Barack Obama para exigir em troca a colocação de mísseis *Patriot* de curto alcance para a sua defesa aérea e a garantia de que os Estados Unidos da América virão em sua assistência em caso de ataque (Reuters, 2011). Moscovo argumentou que o projeto iria destruir o equilíbrio militar na Europa e avisou que a Rússia seria forçada a redirecionar os seus mísseis contra a Polónia. Iniciou também uma série de exercícios militares que foram interpretados no ocidente como intimidação aos polacos (RPC National Security Facts, 2010).

Também na Rússia se efetuaram mudanças de política em relação ao ocidente, com Moscovo a declarar uma renovação das relações com o mesmo (Trenin, 2007b, p. 4). Em vez de ignorar as críticas da Polónia em relação à invasão da Geórgia, Moscovo mostrou estar atento e recetivo às posições polacas. No contexto da revisão dos planos do escudo de defesa anti-míssil pela administração Obama teve então início um processo de consulta diplomática entre Moscovo e Varsóvia. Em setembro de 2009 o primeiro ministro Vladimir Putin foi à Polónia para a cerimónia de aniversário dos 70 anos do início da Segunda Guerra Mundial. Durante esta visita Putin iniciou conversações com o primeiro ministro Tusk, propondo a institucionalização de um diálogo entre os dois governos (Reuters, 2011). As conversações continuaram durante a visita do ministro dos negócios estrangeiros Radoslaw Sikorski a Moscovo em 2009. A implementação deste diálogo foi aceite durante uma reunião com os coordenadores do grupo russo-polaco para as questões difíceis em Smolensk a 7 de abril de 2010 (Rotfeld, 2010). A 6 de dezembro de 2010 o presidente Medvedev visitou Varsóvia, a primeira visita de um presidente russo à Polónia em oito anos (Rotfeld, 2010).

Em fevereiro de 2010 Putin convidou Tusk a visitar Katyn a propósito do septuagésimo aniversário do massacre em que cerca de 22 mil oficiais polacos foram assassinados pelas forças soviéticas. O diálogo russo-polaco sobre questões históricas entre os dois países, fomentado

pela reaproximação da Rússia ao ocidente, resultou no reconhecimento por parte de Putin e da Duma, em novembro de 2010, da culpa de Estaline nos massacres de Katyn, perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial (Lipman, 2010). O presidente Dmitri Medvedev declarou à imprensa polaca antes da sua visita a Varsóvia em dezembro desse ano que “Estaline e o seu governo são culpados por este crime” (Lipman, 2010). A par do diálogo político, os governos dos dois países assinaram protocolos de cooperação energética e relações comerciais, em que a Rússia se comprometeu a aumentar o fornecimento de gás até 2035, uma questão crucial pois a Polónia importa da Rússia cerca de 65 a 70% do seu consumo anual de gás (Reuters, 2011).

A aproximação entre a Rússia e a Polónia foi o contexto do trágico acidente de aviação ocorrido em Smolensk que a 10 de abril de 2010 vitimou o presidente polaco Lech Kaczynski, a sua mulher e noventa e quatro outros membros da elite polaca quando iam a caminho das cerimónias que marcavam o septuagésimo aniversário do massacre de Katyn. Donald Tusk e Vladimir Putin tinham, dias antes, celebrado conjuntamente o mesmo aniversário, em Katyn. O debate sobre as causas da tragédia foi muito intenso, e demonstrou as dissensões internas entre o governo e o partido da oposição PiS sobre a política de reconciliação com a Rússia. O irmão gêmeo do defunto presidente Lech Kaszynski, Jaroslaw Kaszynski, concorreu às eleições presidenciais de junho de 2010 e na sequência da sua derrota contra o candidato do PO, Bronislaw Komoroski, iniciou uma campanha no sentido de exigir explicações adicionais e sugerindo que o relatório sobre as causas do acidente produzido pelas autoridades russas em janeiro de 2011 era insuficiente na assunção de culpa (Kosc, 2011). Por seu lado, o governo de Tusk manteve uma atitude de sóbria aceitação da responsabilidade da força aérea polaca no acidente. Em março de 2011 o ministro dos negócios estrangeiros Sikorski defendeu os esforços do seu governo em melhorar a relação da Polónia com a Rússia, contra as insinuações do PiS, que arguia o restabelecimento das relações entre os dois países seria uma traição devido à má atuação do governo russo no esclarecimento das circunstâncias da ocorrência do desastre.

Em maio de 2011 o alinhamento entre Berlim e Varsóvia em relação à Rússia foi institucionalizado em Kaliningrado, com o início de conversações a nível trilateral entre a Alemanha, a Rússia e a Polónia com vista ao reforço da cooperação sobre questões europeias, nomeadamente visando uma consulta das posições dos três países no contexto da relação da Rússia com a UE e a OTAN. Nas conversações em Kaliningrado foram abordados a defesa antimíssil e a questão da criação de um comité UE-Rússia de Política Externa e Segurança (Lukashevich, 2011). Este formato trilateral e o envolvimento da Polónia na relação entre a Alemanha e a Rússia, demonstra dois factos: primeiro, a importância da relevância do envolvimento da Rússia nas questões europeias, e segundo, o compromisso alemão em dar uma dimensão multilateral às suas relações com a Rússia. Para a Polónia as relações com a Rússia devem ser vistas no contexto das suas relações com a Alemanha, e a sua participação em negociações com a Rússia ao lado da Alemanha como o culminar do já longo processo de reconciliação germano-polaca, e da participação positiva num outro fórum trilateral, o Triângulo de Weimar, onde se alinha com as posições da França e da Alemanha.

No outono de 2011 a aliança entre a Polónia e a Alemanha fortaleceu-se consideravelmente, não só pela vitória do PO nas eleições parlamentares contra o nacionalismo de Jaroslaw Kaszynski (Dempsey, 2011), mas também pelo discurso proferido por Radoslaw Sikorski em Berlim a 28 de outubro de 2011 em que apelou para que a Alemanha, no contexto da crise da dívida soberana, assumia uma posição de liderança. O discurso alcançou notoriedade pela frase: “Eu receio menos o poder da Alemanha do que começo a recear a sua inatividade” (Sikorski, 2011). A 8 de novembro os ministros dos negócios estrangeiros, Radoslaw Sikorski e Guido Westerwelle escreveram uma carta conjunta à Alta Representante para a Política Externa da UE, Catherine Ashton, que recomendou a UE a melhorar a sua relação com a Rússia (Turkowski, 2011). Estes atos confirmaram a crescente coesão entre as políticas externas da Alemanha e da Polónia, crescentemente vistas como parceiras na Europa. A europeização da política externa polaca significou que a deterioração das relações entre a Rússia e os EUA durante 2012, em particular depois da recandidatura

e vitória de Putin nas eleições presidenciais em março, não afectou significativamente as relações da Polónia com a Rússia.⁵⁷

No campo multilateral a Polónia mantém uma atitude proativa em relação à necessidade de manter a Rússia em diálogo com as instituições euro-atlânticas. Numa tentativa de manter a questão da redução das armas estratégicas nucleares de curto alcance na agenda internacional, Radek Sikorski e o seu homólogo norueguês, Jonas Gahr Store escreveram uma carta conjunta sobre a oportunidade de manter o interesse da Rússia no avanço do controlo de armamento nuclear estratégico. Publicada pelo *New York Times* nas vésperas da Cimeira da OTAN em Chicago, a 20 de maio de 2012, a iniciativa reclamava que as negociações resultariam numa melhoria das relações entre a OTAN e a Rússia (Sikorski and Store, 2012).

Contudo, as tensões entre a Polónia e a Rússia mantêm-se. Primeiro, o apoio e a promoção polaca à parceria da Ucrânia com a OTAN, que a Rússia contesta, continuam a ser uma fonte de tensão. Perante esta oposição, a Polónia tem prosseguido a sua política de leste através da inclusão da Ucrânia na política de vizinhança da UE, à qual a Rússia é menos sensível, mas à qual, ainda assim, se opõe (Vaisse and Kundnani, 2012, p. 52). Segundo, depois de um breve momento de reconciliação na sequência do desastre de Smolensk, a elite polaca veio a considerar que a investigação e as explicações dadas pelos russos não tinham sido suficientes, o que tornou as relações entre os dois países mais atreitas a tensões e internamente mais controversas devido à oposição do partido PiS (Anon, 2011). No entanto, estas tensões sobre as causas do acidente não impediram o governo de Tusk de prosseguir negociações bilaterais em assuntos de interesse mútuo, como sejam a suspensão de vistos na fronteira entre o enclave russo de Kaliningrado e a Polónia.

⁵⁷ As eleições legislativas de dezembro de 2011 e a reeleição de Putin na primavera de 2012 provocaram a emergência de movimentos de protesto contra a falta de democracia e liberdade na Rússia, ao que Putin respondeu com maior repressão e o regresso de uma atitude anti-ocidental, em particular quando a presença externa se relacionava com atividades pró-democráticas. As intimidações ao embaixador americano Michael McFaul, académico da democratização da Rússia e autor da política de ‘reset’ da administração Obama, ilustraram o fim da política americana de aproximação à Rússia (Elder, 2012a). Em setembro de 2012 a Rússia expulsou a agência americana USAID, acusando-a de atividades subversivas (Bovt, 2012).

Um acordo entre os dois países foi assinado a 14 de dezembro de 2011 (Anon, 2012).

Conclusão

Os desenvolvimentos dos últimos três anos demonstram que a Polónia conseguiu realizar o programa inicial da sua política externa democrática, assente na reconciliação com a Alemanha e na integração europeia e ocidental como condição prévia para uma reconciliação com a Rússia. A opção fundamental pela aliança com a Alemanha e o ocidente, feita pelo primeiro governo do Solidariedade, condicionou de forma crucial a relação entre a Polónia e os seus vizinhos de leste. A elite política polaca excluiu tanto a opção de uma federação com a Ucrânia, como a de uma aliança privilegiada com a Rússia. O formato trilateral adotado em Kaliningrado em 2011 demonstra que a aliança privilegiada com a Alemanha e a integração nas instituições euro-atlânticas deram à Polónia um papel de pivot na relação da UE com a Rússia. Neste contexto a política externa do governo Kaczyński, entre 2005 e 2007, emerge como uma exceção à regra da política externa polaca pós-1989. Compreendendo que a sua situação geopolítica entre a Alemanha e a Rússia, que tantas desvantagens lhe trouxera durante os últimos dois séculos, podia, no virar do milénio, ser usada para sua vantagem, a Polónia ganhou a partir de 2007 uma posição de relevo na ordem europeia que a elite política liberal tem vindo a reforçar.

Bibliografia

AAVV - Final Report from the examination of the aviation accident no 192/2010/11 involving the Tu-154M airplane, tail number 101, which occurred on April 10th, 2010 in the area of the Smolensk North airfield. Committee for Investigation of National Aviation Accidents, 2011. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://mswia.datacenter-poland.pl/FinalReportTu-154M.pdf>.

AAVV - Lavrov-Sikorski agreement on local border traffic has come into force. Visa-Free Europe, 2012. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://visa-free-europe.eu/2012/07/lavrov-sikorski-agreement-on-local-border-traffic-has-come-into-force/>.

- ASMUS, Ronald D. - *Opening NATO's door: How the alliance remade itself for a new era*. New York: Columbia University Press, 2002.
- BINGEN, D. - *Die Entwicklung der Deutsch-Polnischen Beziehungen seit 1991*. Cologne: Bundesinstitut für ostwissenschaftliche und internationale Studien, 1997.
- BOVT, G. - Whether Obama or Romney, the Reset Is Dead. *The Moscow Times*, 12 setembro 2012. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.themoscowtimes.com/opinion/article/whether-obama-or-romney-the-reset-is-dead/467947.html>.
- CLINTON, Hillary - Remarks With Russian Foreign Minister Sergey Lavrov. US Department of State, 2010. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.state.gov/secretary/rm/2010/03/138531.html>.
- COHEN, R. - Yeltsin Opposes Expansion Of NATO in Eastern Europe. *The New York Times*, 2 outubro 1993. [Acedido a 25 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.nytimes.com/1993/10/02/world/yeltsin-opposes-expansion-of-nato-in-eastern-europe.html>.
- DAEHNHARDT, Patricia - De Kohl a Merkel: A gradual afirmação da Alemanha como grande potência euro-atlântica. *Relações Internacionais*. N.º 14 (2007), p. 27-45.
- DEMPSEY, Judy - Poland's European Union Ties May Hinge on Elections. *International Herald Tribune*, 7 outubro 2011. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.nytimes.com/2011/10/08/world/europe/polands-european-union-ties-may-hinge-on-elections.html>.
- ELDER, Miriam - Russia's treatment of US ambassador a reflection of shaky relations. *The Guardian*, 5 abril 2012. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.guardian.co.uk/world/2012/apr/05/russia-us-ambassador-relations>.
- France Diplomatie - The Weimar Triangle. 2006. Disponível em: <http://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/poland/the-weimar-triangle/>.
- FREIRE, Maria Raquel e DAEHNHARDT, Patricia - As relações entre a Alemanha e a Rússia: Duas políticas externas em transição. *Relações Internacionais*. N.º 32 (2011), p. 171-196.
- GASPAR, Carlos - Dois Ocidentes. *Relações Internacionais*. N.º 3 (2004), p. 37-44.
- GOLDGEIER, James M. - *Not whether but when: The U.S. Decision to Enlarge NATO*. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 1999.
- GRINKEVICH, Vldislav - The end of the meat war. RIA Novosti, 2007. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://en.rian.ru/analysis/20071221/93527462.html>.
- GÜNSCHE, Karl-Ludwig - Wie sich Rußland die Nato-Osterweiterung vorstellt. *Die Welt Online*, 1 abril 1997. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.welt.de/print-welt/article635656/Wie-sich-Russland-die-Nato-Osterweiterung-vorstellt.html>.
- KOSC, W. - Smolensk tragedy report continues to complicate Russian-Polish relations. Russia Beyond the Headlines, 2011. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: http://rbth.ru/articles/2011/01/20/smolensk_tragedy_report_continues_to_complicate_russian-polish_relat_12293.html.
- KULISH, N. - Georgian Crisis Brings Attitude Change to a Flush Poland. *The New York Times*, 20 agosto 2008. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.nytimes.com/2008/08/21/world/europe/21poland.html?pagewanted=print>
- KUZNIAR, Roman - *A new Polish foreign policy*. Sprawy Miedzynarodowe, 1991.
- KUZNIAR, Roman - A Primavera dos Povos de 1989: A transformação dos princípios fundamentais da política externa polaca. *Relações Internacionais*. N.º 23 (2009), p. 21-37.
- LÉVESQUE, Jacques - *The enigma of 1989 the USSR and the liberation of Eastern Europe*. Berkeley: University of California Press, 1997. [Acedido a 23 de jan. de 2012]. Disponível

- na Internet: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=21260>.
- LIPMAN, Maria - "The Third Wave of Russian De-Stalinization", *Foreign Policy*. 2010. [Acedido a 27 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <https://www.carnegieendowment.org/2010/12/16/third-wave-of-russian-de-stalinization/2ft6>.
- LUKASHEVICH, Alexander - Briefing by Russian Foreign Ministry Spokesman Alexander Lukashevich, Russia-Germany-Poland trilateral foreign ministers' meeting in Kaliningrad. 20 maio 2011. [Acedido a 27 de ago. de 2012]. Disponível na Internet: http://www.mid.ru/bdomp/brp_4.nsf/171aab5ddf3ec3c2c32575d7004629c8/921756bb24d724dec3257897003d173c!OpenDocument.
- MALIA, Martin E. - *The Soviet tragedy: a history of socialism in Russia, 1917-1991*. New York: Free Press, 1996.
- MEYER RESENDE, Madalena - *The Unintended Effects of Europe on Central and East European Party Systems: Poland and Beyond*. Tallinn: Tallinn University Press, 2009.
- MEYER RESENDE, Madalena - Transformando a nação: os nacionalismos dos partidos de centro-direita na Espanha e na Polónia. *Análise Social*. N.º 201 (2012), p. 741-764.
- OSICA, Olaf - A Lesson in Politics: Poland and the Iraq Conflict. In B. Wizimirska, ed., *Yearbook of Polish Foreign Policy 2003*. Warsaw: Administrative and Maintenance Services, Ministry of Foreign Affairs of Poland, 2004.
- Reuters - Factbox – Twists and turns in Polish-Russian relations. 2011. [Acedido a 24 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://uk.reuters.com/article/2011/04/07/uk-poland-russia-relations-factbox-idUKTRE7363DY20110407>.
- RFE/RL - RFE Special Report on NATO expansion. RFE/RL Special Reports, 2004.
- ROTFELD, A. - Poland and Russia: A Polish hawk turns dovish on Russia. *The Economist*, 2010. [Acedido a 24 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: http://www.economist.com/blogs/easternapproaches/2010/09/poland_and_russia.
- RPC National Security Facts - What Exactly Has Been 'Reset' in the Relationship With Russia? 2010. [Acedido a 24 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: http://rpc.senate.gov/public/?a=Files.Serve&File_id=bb666692-2226-467f-92d1-4c0710ccf1a1
- SIKORSKI, Radoslaw - Poland and the future of the European Union. Discurso do ministro dos negócios estrangeiros da Polónia em Berlim, 2011. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: www.ms.gov.pl/files/docs/komunikaty/20111128BERLIN/radoslaw_sikorski_poland_and_the_future_of_the_eu.pdf.
- SIKORSKI, Radoslaw e STORE, J.G. - NATO, Russia and Tactical Nuclear Arms. Letter to the New York Times, 2012. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.nytimes.com/2012/05/15/opinion/nato-russia-and-tactical-nuclear-arms.html>.
- SKORZYNSKI, Jan - A revolução do Solidariedade e a crise do sistema soviético. *Relações Internacionais*. N.º 33 (2012), p. 71-81.
- SKUBISZEWSKI, Krzysztof - *Raison d'être of the Polish Republic*. Polityka Polska, 1993.
- SKUBISZEWSKI, Krzysztof - We built the Polish foreign policy from scratch. Entrevista com Krzysztof Skubiszewski (com W. Beres, K. Brunetka e A. Romanowski). *Tygodnyk Powszechny*, 1994.
- SNYDER, Timothy - *The reconstruction of nations: Poland, Ukraine, Lithuania, Belarus, 1569-1999*. New Haven: Yale University Press, 2003.
- SPERO, Joshua B. - *Bridging the European divide: middle power politics and regional security dilemmas*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.
- SZABO, Stephen - Enlarging NATO: The German-American Design for a New Alliance. In Haftendorn, Helga; Soutou, Georges-Henry; Szabo, Stephen e Wells, Samuel, eds., *The*

strategic triangle: France, Germany, and the United States in the shaping of the new Europe. Washington, D.C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center Press; Johns Hopkins University Press, 2006. p. 327-351.

TRENIN, Dmitry - Russia redefines itself and its relations with the West. *The Washington Quarterly*. Vol. 30, n.º 2 (2007), p. 95-105.

TURKOWSKI, Andrzej - The Polish-German Tandem. Carnegie Moscow Center, Carnegie Endowment for International Peace, 2011. [Acedido a 24 de set. de 2012]. Disponível na Internet: <http://carnegie.ru/publications/?fa=46059>.

U.S. Library of Congress, Poland - Soviet Union and Russia. U.S. Library of Congress. [Acedido a 7 de fev. de 2012]. Disponível na Internet: <http://countrystudies.us/poland/89.htm>.

US Department of Defense - BMDR March 2010 Fact Sheet, 2010. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: http://www.defense.gov/bmdr/docs/BMDR%20FACT%20SHEET%20March%202010%20_Final_.pdf.

VÁISSE, Justin e KUNDNANI, Hans - ECFR's Scorecard 2012. Brussels: The European Council on Foreign Relations, 2012. [Acedido a 6 de fev. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.ecfr.eu/scorecard/2012/extras/pdf/>.

Voice of America - Polish Defense Minister's Pipeline Remark Angers Germany, 2006. [Acedido a 31 de jan. de 2012]. Disponível na Internet: <http://www.voanews.com/english/news/a-13-Polish-Defense-Minister-Pipeline-Remark-Angers-Germany.html>.

WALICKI, Andrzej - *Philosophy and Romantic Nationalism: the Case of Poland*. Notre Dame: University of Notre Dame, 1994.

WALICKI, Andrzej - The Troubling Legacy of Roman Dmowski. *East European Politics and Societies*. Vol. 14, n.º 1 (2000), p.12-46.

(Página deixada propositadamente em branco)

Série Investigação

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2014



• U

C •

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U